

1. Abordagem hermenêutica e socrática

Neste manual, a interpretação do Programa obedece aos seguintes princípios:

1. Respeito pelo direito do estudante ao contacto directo, imparcial e objectivo com o património filosófico universal que se substancia num corpo de problemas, teorias, argumentos e conceitos, apresentados nos textos filosóficos.
2. Respeito pela estrutura e nomenclatura do Programa, secção a secção. O índice do manual corresponde exactamente à estrutura do Programa.
3. Integração dos problemas, teorias e argumentos centrais do património filosófico nas designações do Programa, em função da sua centralidade e adequação didáctica.
4. Integração de filósofos clássicos nas designações do Programa, em função da sua centralidade e adequação didáctica.

Com estes princípios em mente, este manual permite dois tipos de abordagens: a hermenêutica e a socrática. Deste modo, cada docente poderá escolher a abordagem que preferir, ou poderá usar abordagens diferentes em partes diferentes.

A abordagem hermenêutica consiste em partir dos textos dos filósofos para chegar aos pro-

blemas, teorias e argumentos da disciplina. Para permitir este tipo de abordagem, o manual conta com um total de 51 textos de filósofos centrais, além de muitos textos intercalares. Cada um destes textos é seguido de perguntas de interpretação e de discussão. Além disso, o conteúdo do manual tem uma articulação íntima com os textos escolhidos. Deste modo, o docente pode partir dos textos e respectivas tarefas, usando depois as partes do manual que julgar adequadas.

O site de apoio (http://www.didacticaeditora.pt/arte_de_pensar/) disponibiliza 108 textos de apoio; e o Caderno do Estudante inclui 14 textos complementares, com propostas de tarefas.

A abordagem socrática consiste em partir da força intuitiva dos problemas filosóficos para motivar desse modo o estudante a compreender com rigor as teorias e argumentos filosóficos. Por sua vez, este trabalho prepara o estudante para a leitura atenta e profícua dos textos dos filósofos, cuja dificuldade é por vezes notória, sobretudo para estudantes mais novos. Assim, o docente pode partir da exposição e explicações do próprio manual, e respectivas perguntas de revisão e de discussão, seleccionando depois os textos que entender adequados e que ilustram algumas das posições fundamentais anteriormente apresentadas.

2. Guia de percursos

Muitas das secções do manual são propositalmente independentes, para que o professor possa escolher leccioná-las ou não. Neste capítulo explicamos alguns dos percursos possíveis, destacando as matérias que julgamos centrais, por oposição às periféricas.

Teste de diagnóstico

Este teste é opcional, apesar de fortemente encorajado pelo Programa. Visa tão-somente diagnosticar o tipo de dificuldades e capacidades que o estudante demonstra ao enfrentar algumas das tarefas tipicamente filosóficas. O Grupo

1 testa competências de interpretação linguística perante um texto filosófico. O Grupo 2 permite testar uma confusão comum entre os estudantes. E o Grupo 3 testa algumas competências centrais de pensamento e argumentação filosóficas.

Parte 1: Abordagem introdutória à filosofia e ao filosofar

O **Capítulo 1** é meramente informativo e não deve ser sujeito a avaliação. Trata-se apenas de dar ao estudante uma ideia operativa do tipo de coisa que é a filosofia e do tipo de trabalho que

A Arte de Ensinar a Pensar

lhe vai ser exigido ao longo do ano. Com algumas turmas e em alguns contextos, os conteúdos deste capítulo poderão demorar mais tempo a leccionar, mas não é desejável perder mais de um par de aulas com a apresentação da disciplina.

O **Capítulo 2** é também meramente informativo e não deve ser sujeito a avaliação. Alguns professores poderão não o leccionar, limitando-se a indicar a sua leitura aos estudantes; outros poderão aproveitar o esquema proposto do universo da filosofia, explicando-o à sua maneira, eventualmente integrado na leccionação do Capítulo 1.

O **Capítulo 2** é uma exigência do Programa, mas não faz sentido abordar uma lista de problemas filosóficos depois de ter apresentado a disciplina aos estudantes. Isto porque a melhor maneira de cumprir correctamente esta última tarefa é apresentar casos específicos de problemas filosóficos. Assim, optámos por dar aos estudantes uma ideia muito sintética e geral de algumas das disciplinas centrais da filosofia e do tipo de problemas que as caracterizam.

O **Capítulo 3** é o único que deve ser objecto de avaliação. Trata-se de uma introdução a alguns instrumentos lógicos básicos. Foi dada maior ênfase, contrariamente à edição de 2003 deste manual, ao trabalho com argumentos, porque este é o tipo de trabalho que mais dá ao estudante a possibilidade de participar correctamente na discussão dos problemas filosóficos.

Para não sobrecarregar o estudante com conteúdos instrumentais que só mais tarde serão aplicados, o professor pode não leccionar algumas secções. É o caso das secções sobre negações e refutação de proposições, assim como das noções de consistência, inconsistência e implicação. O mesmo se pode dizer relativamente às noções de condição necessária e suficiente. Note-se que o Programa atribui 8 aulas a estes três capítulos. Uma distribuição razoável será dedicar 3 aulas aos dois primeiros capítulos e 5 ao terceiro.

Parte 2: A acção humana

Porque o problema do livre-arbítrio é mais intuitivo e central do que a filosofia da acção, o Capítulo 5 está mais desenvolvido do que o Capítulo 4. Pela mesma razão, integrámos a discussão do egoísmo psicológico no Capítulo 4. O professor poderá não leccionar o egoísmo psico-

lógico, e integrar na leccionação do problema do livre-arbítrio aquele aspecto central da teoria da acção que é importante para discutir o problema: a noção de que as acções são acontecimentos (mas é claro que nem todos os acontecimentos são acções). Os professores que desejarem aprofundar a filosofia da acção poderão usar os textos de apoio disponibilizados no site deste manual. Note-se, contudo, que o Programa apenas atribui 6 aulas a estes dois capítulos.

Parte 3: Os valores

Nesta parte discute-se a questão da objectividade dos valores. Além da resposta objectivista, são abordadas quatro teorias não objectivistas, duas em cada capítulo. No **Capítulo 6**, o subjectivismo é incontornável, mas o emotivismo é opcional, pois esta última teoria é um desenvolvimento da primeira. No **Capítulo 7**, leccionar o relativismo cultural é essencial para o cumprimento do programa, mas a teoria dos mandamentos divinos é opcional. Note-se que o Programa apenas atribui 6 aulas a estes dois capítulos.

O objectivismo é, nesta parte, a única teoria para a qual não se discutem objecções. Isto não significa que esta teoria tenha de ser considerada verdadeira. Como as teorias discutidas nos capítulos seguintes pressupõem o objectivismo, avaliá-las será a melhor forma de avaliar a própria ideia de que a ética é objectiva.

Parte 4: A dimensão ético-política

Entre os capítulos que constituem esta parte, o **Capítulo 8** é, talvez, aquele que apresenta um percurso mais exigente para os alunos. Uma forma de simplificar este percurso é prescindir da discussão do egoísmo normativo.

Todo o **Capítulo 9**, centrado na ética utilitarista de Mill e na ética deontológica de Kant, é essencial nesta parte, em parte porque quatro dos capítulos seguintes pressupõem o conhecimento destas teorias.

O **Capítulo 10** aborda dois problemas, desenvolvendo em ambos os casos a discussão do capítulo anterior. Poder-se-á leccionar apenas um desses problemas, examinando-se ou o princípio do duplo efeito ou o utilitarismo das regras.

O **Capítulo 11**, o único de filosofia política, também se ocupa de duas questões distintas: a justificação do estado e a justiça social. Dado o conteúdo da rubrica programática correspon-

dente a este capítulo, a questão da justiça social é incontornável. Relativamente ao problema da justificação do estado, deve dar-se maior destaque ao contratualismo de Locke, uma vez que tem sido uma teoria mais influente do que o naturalismo de Aristóteles.

Parte 5: A dimensão estética

A estética começa pela parte mais exigente para os estudantes, pelo que se devem evitar complicações desnecessárias. O **Capítulo 12** aborda dois problemas distintos. A caracterização da experiência estética centra-se na noção de desinteresse, a que Kant dá uma importância especial. Para esclarecer esta noção não é necessário expor a teoria do conhecimento kantiana. Sugere-se que se faça uma caracterização muito sumária da noção kantiana de desinteresse e se passe rapidamente para a abordagem mais contemporânea, pois esta é mais acessível aos estudantes, sendo também mais discutida. É importante referir que a ideia de que há experiências estéticas não é pacífica.

Quanto ao problema da justificação do juízo estético, o subjectivismo moderado de Hume e a noção de padrão do gosto são centrais, pois a teoria de Hume acaba por assumir uma posição intermédia entre o subjectivismo radical e o objectivismo. Este problema é mais importante e central do que o da caracterização da experiência estética.

No **Capítulo 13** apresentam-se e discutem-se três das principais teorias da definição de arte. Não há razões para privilegiar qualquer delas, pelo que lhes deve ser dada a mesma importância. A quarta teoria (a teoria da indefinibilidade da arte) surge como um desafio à ideia de que a arte pode ser definida, o que constitui uma crítica às teorias anteriores. Este é o capítulo mais importante da estética.

O **Capítulo 14** apresenta e discute sumariamente as principais teorias acerca do valor da arte. A ideia de que a arte não tem qualquer função, assim como as relações entre arte e prazer, arte e moral, e arte e conhecimento podem ser tratadas a um nível bastante intuitivo e com recurso a exemplos concretos da pintura, arquitectura, cinema, música, etc.

Parte 6: A dimensão religiosa

Os problemas centrais da filosofia da religião, como os argumentos a favor da existência de

Deus ou o problema do mal, não são sugeridos nem referidos no Programa. E o problema central da relação entre a razão e a fé surge inadequadamente misturado com o problema político da tolerância religiosa. O tema da experiência religiosa é aludido no título da própria unidade, mas depois nunca é sugerido em qualquer dos capítulos que a constituem. É extremamente difícil interpretar esta parte do Programa de modo a dar ao estudante uma perspectiva correcta dos problemas centrais da filosofia da religião.

O **Capítulo 15** é uma exigência do Programa. O problema do sentido da vida nunca é canonicamente tratado no âmbito da filosofia da religião. E quando o problema do sentido da vida é tratado – no âmbito da ética ou da metafísica – a resposta religiosa não é habitualmente discutida. Isto porque, apesar de ser verdade que em termos populares a religião é por vezes vista como uma resposta ao problema do sentido da vida, tal perspectiva não é defendida pelos mais influentes filósofos.

Optámos por apresentar a perspectiva de Tolstoi porque corresponde em grande parte, de forma articulada e clara, à perspectiva popular que se tem da religião como resposta ao problema do sentido da vida. Apesar de Tolstoi não ser um filósofo, foi um ensaísta muitíssimo influente. Por outro lado, a posição de Tolstoi articula-se muito bem com os contra-argumentos clássicos apresentados por Thomas Nagel às ideias populares sobre o sentido da vida.

A filosofia da religião só começa verdadeiramente no **Capítulo 16**. Para poder dar ao título do Programa («As Dimensões Pessoal e Social das Religiões») conteúdos genuinamente filosóficos (e não psicológicos, sociológicos ou de doutrinação religiosa ou anti-religiosa), optámos por apresentar um problema central da epistemologia da crença religiosa. O provabilismo, defendido por Clifford, é uma teoria muito discutida (não apenas em filosofia da religião mas também na epistemologia em geral), e o estudante pode assim contactar com um conteúdo filosófico genuíno, central e intuitivo. A articulação com o Programa faz-se através da ideia de que a crença religiosa tem aspectos sociais, pelo que se levanta a questão ética de saber se é legítimo acreditar que Deus existe quando não há provas para tal. Esta abordagem permite também apresentar a posição de William James, que é um filósofo central nesta área. Em caso de falta de tempo, pode-se abreviar ou não leccionar a secção 3, dado que o

A Arte de Ensinar a Pensar

fideísmo (posição que James defende) é igualmente discutido no capítulo seguinte.

Mas o coração desta parte, e da filosofia da religião, é a discussão dos argumentos a favor e contra a existência de Deus. Assim, é ao **Capítulo 17** que se deve consagrar mais horas de leccionação. A falta de tempo poderá obrigar a não leccionar algumas das secções. O argumento moral, pelo seu estatuto lateral na história da filosofia, pode ser dispensado. O fideísmo também poderá ser dispensado, caso se tenha leccionado a posição de William James no capítulo anterior. Todos os outros conteúdos são centrais.

Note-se que se optou por apresentar as versões clássicas dos argumentos estudados, sem qualquer referência às versões contemporâneas, mais sofisticadas, e que muitas vezes são imunes às críticas apresentadas. Optou-se também por não apresentar a versão mais sofisticada do argumento cosmológico, a versão modal de Leibniz. Foi uma opção particularmente dolorosa, pois consideramos esta versão bastante mais prometedora, estimulante e interessante do que a outra. Contudo, a sua sofisticação exige um do-

mínio aprofundado da filosofia, que desaconselha a sua presença neste manual. Os professores que quiserem leccionar tal versão podem encontrá-la na obra *Textos e Problemas de Filosofia*, org. por Aires Almeida e Desidério Murcho (Plátano, 2006). Os professores que preferirem a versão de Descartes do argumento ontológico encontram o texto respectivo no **Caderno do Estudante**.

Parte 7: Temas/problemas do mundo contemporâneo

Em conformidade com o Programa, nesta parte pode-se leccionar apenas um dos capítulos. Outros temas/problemas possíveis, para os quais disponibilizamos algum material no *site* do manual, são a acção afirmativa e a desobediência civil.

Para apoiar os estudantes na redacção de ensaios, previstos pelo Programa para esta parte, encontra-se no final do manual um **Apêndice** intitulado «Como se Escreve um Ensaio de Filosofia?».

3. Como avaliar em Filosofia?

Avaliação em Filosofia e subjectividade

Uma das tarefas mais delicadas do professor é avaliar justa e correctamente os estudantes. É difícil, se não mesmo impossível, eliminar os elementos subjectivos e fazer uma avaliação totalmente objectiva. Isto porque a objectividade não depende apenas de saber se um teste, por exemplo, pode ser classificado automaticamente, mas igualmente de saber 1) que métodos e conteúdos foram escolhidos pelo professor nas suas aulas, 2) que quer ele realmente ensinar e 3) como está ele a tentar fazer isso. Se tudo o que se quer ensinar é a repetir fórmulas, frases, datas e factos, então a avaliação é, de facto, automática, mas está longe de ser objectiva.

Mas isso tanto acontece na disciplina de Filosofia como em qualquer outra, pelo que não é necessariamente mais subjectiva na Filosofia. Na verdade, a subjectividade da avaliação reflecte-se mais na selecção dos conteúdos, das

competências e dos objectivos a testar, assim como no peso relativo que se lhes atribui na prática, do que na classificação das respostas dos estudantes. Uma classificação objectiva não implica uma avaliação objectiva. Vejamos porquê.

Suponhamos que queremos saber se um dado estudante de lógica domina o conceito de validade e lhe pedimos para o definir. As respostas podem ser completamente objectivas e a classificação automática, mas de modo algum se conseguiu apurar o que se pretendia, pois o estudante pode ter simplesmente decorado a definição de validade e, todavia, não saber dizer se um argumento com premissas falsas e conclusão verdadeira é válido. Neste caso, a classificação é objectiva porque é relativamente automática, mas a avaliação não é objectiva, dado que não se avalia realmente o domínio do conceito de validade – dois estudantes podem ter exactamente a mesma classificação, objectivamente determinada, porque deram a mesma